PRÁTICAS EDUCATIVAS: A AQUISIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS LEITORA E ESCRITORA SOB A PERSPECTIVA DO LETRAMENTO

CRISTINA ALMEIDA DUTRA DA SILVA

RESUMO
Este estudo teve por objetivo conhecer as concepções e as práticas dos professores acerca da alfabetização e letramento no ciclo de alfabetização, bem como identificar como ocorre o processo de ensino aprendizagem nesta fase. A alfabetização é algo muito significativo na metodologia de ensinar e em conjunto com o Letramento, para agregar essa competência, assim estão conectados, são trabalhados juntos, mas cada um com seu papel. Dessa forma, o papel do professor é ampliar os conhecimentos da criança, de modo que a aprendizagem tenha significado, que ela consiga usar seus conhecimentos fora da sala de aula para se comunicar, expressar-se e interagir por meio de diferentes práticas discursivas. A problemática que norteia este trabalho são: Quais conceitos sobre o processo de ensino e aprendizagem sobre a alfabetização e letramento? Qual o papel do professor na alfabetização e letramento? Como funciona a escola no processo de alfabetização e letramento no ensino fundamental? Considera-se que é fundamental valorizar o conhecimento que os alunos trazem consigo para então trabalhar os conhecimentos sistematizados e construídos pela humanidade. Concluímos que é possível atingir a qualidade da educação nas classes de alfabetização, com práticas educacionais que utilizem diferentes métodos, que proporcione tanto o desenvolvimento da alfabetização, quanto do letramento de cada sujeito, no qual ele possa contribuir para a transformação da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Letramento. Alfabetizar. Leitura. Aprendizagem.

ABSTRACT
The aim of this study was to understand the conceptions and practices of teachers about literacy and literacy in the literacy cycle, as well as to identify how the teaching and learning process takes place at this stage. Literacy is something very significant in the teaching methodology of learning and along with Literacy, to complete this competence, so are interconnected, are worked together, but each with its function. In this way, the role of the teacher is to broaden the knowledge of the child, so that the learning has meaning, that he can use his knowledge outside the classroom to communicate, express himself and interact through different discursive practices. The issues guiding this work are: What concepts about the teaching and learning process of literacy and literacy? What is the teacher's role in literacy? How does the school work in the literacy and literacy process in elementary school?It is considered that it is fundamental to value the knowledge that students bring with them to work then the knowledge systematized and built by humanity. We concluded that it is possible to achieve the quality of education in literacy classes, with educational practices that use different methods, that provide both the development of literacy, and the literacy of each subject, in which he can contribute to the transformation of society.

KEYWORDS: Literacy. Literacy. Reading. Learning.

INTRODUÇÃO

A criança vive imersa em um mundo letrado, em casa ou na escola ou em qualquer outro lugar. O contato com material escrito, como livros, revistas, entre outros, é algo comum para a maioria das crianças, o que desperta o seu interesse pela leitura e escrita. Mesmo que a criança não tenha contato com a escrita e a leitura na família, ainda assim terá muitos estímulos visuais referentes à língua escrita.

A alfabetização é um processo de extrema relevância dentro da sociedade, sendo algo necessário para o exercício da cidadania. Nesse sentido, alfabetizar é sinônimo de oportunizar liberdade de pensamento, de escolhas e de participação. A partir disso, o processo de alfabetização possibilita que o indivíduo conheça o alfabeto, desenvolva a consciência fonológica, habilidades de lei-

tura, escrita, números, interpretação e até mesmo a capacidade de raciocinar logicamente.

Ao nos reportarmos ao campo da alfabetização, já antecipamos que esse processo não é marcado pela apropriação de um código, mas de um sistema gerativo que possui propriedades que o caracterizam: o sistema de escrita alfabética, conforme assinala Morais (2020). O autor segue apontando que o ensino sistemático dessas propriedades é essencial, já que o intuito é contribuir com a formação de um sujeito autônomo, que opere com esse sistema notacional de maneira independente.

A problemática que norteia este trabalho são: Quais conceitos sobre o processo de ensino e aprendizagem sobre a alfabetização e letramento? Qual o papel do professor na alfabetização e letramento? Como funciona a escola no processo de alfabetização e letramento no ensino fundamental?

A pesquisa buscou explicitar a relevância de conciliar a alfabetização com o letramento, esclarecendo todas as discussões relacionadas a esse binômio, levando em consideração que são palavras chave para o mundo social. A finalidade do trabalho foi também demonstrar quais ferramentas podem ser utilizadas nesse processo, trazer as pesquisas de autores renomados sobre o assunto e incluir a importância do docente nessa fase, para que o estudante consiga aprender de maneira significativa. A esfera acadêmica, principalmente aqueles que têm pretensão em atuar na área da educação, precisa entender sobre assuntos relacionados à alfabetização e sempre manter-se atualizado sobre quais instrumentos fazer uso em sala de aula, aprimoraram-se, então, as práticas educacionais. O trabalho foi norteado pelas palavras chaves: Letramento. Alfabetizar. Leitura. Aprendizagem.

Este projeto se justifica, portanto, pela intenção de querer diagnosticar as práticas usadas para alfabetizar e letrar os educandos, nesse sentido torna-se necessário identificar as metodologias adotadas pelos professores como ferramenta metodológica nesse processo, além de avaliar a eficácia da alfabetização mostrando as práticas educativas realizadas nesses espaços educacionais, que para com o resultado propor ações que visem à qualidade efetiva da educação como direito dos alunos e dever da família e do estado.

DESENVOLVIMENTO

No Brasil, essas práticas são um esteio no direcionamento do trabalho educativo. A alfabetização no sentido de codificar e decodificar a leitura e a escrita; enquanto o letramento no âmbito de configurar essas competências nas suas práticas sociais, fazendo com que as crianças possam compreender a leitura, a escrita e a interpretação nos diversos contextos que circulam em nosso espaço sociocultural e escolar, compreendendo e sabendo utilizar as diferentes linguagens.

Oliveira (2002, p. 9) diz que em seu primeiro sentido, “alfabetizar significa saber identificar sons e letras, ler o que está escrito, escrever o que foi lido ou falado e compreender o sentido do que foi lido ou escrito”. Mas ele (2002, p. 11) afirma que considerar esse primeiro sentido do termo, “não significa ignorar o contexto histórico, antropológico, social e político em que ocorre a alfabetização e seus usos.”

Russo (2012) afirma que “a alfabetização consiste no aprendizado do alfabeto e de sua utilização como código de comunicação. De um modo mais abrangente, a alfabetização é definida como um processo no qual o indivíduo constrói a gramática e em suas variações”. Essa ação não se limita somente na obtenção dessas capacidades práticas de codificação e decodificação de leitura, mas na habilidade de interpretação, crítica e produção de conhecimento. A alfabetização cinge, também, a adição de maneiras mais modernas de compreensão e uso da linguagem de uma maneira geral.

Na hipótese silábica a criança entende que a escrita retrata a fala e começa a dar valor sonoro as letras, ou seja, acontece a descoberta de que a escrita tem conexão com o som da palavra “compreendendo que as diferenças na representação escrita estão relacionadas com o “som” das palavras” (LEÃO, 2011, p.35). Essa hipótese é conhecida como como um progresso de qualidade na aprendizagem, porque possibilita que a criança

encontre um meio de compreender a relação da totalidade e das partes que compõe uma palavra.
Por essa razão, um elemento importante do trabalho de alfabetização se refere à qualidade e à diversidade do material que é disponibilizado no contexto escolar, ou seja, na criação e manutenção, pelo professor, de um ambiente alfabetizador. Metodologicamente, a criação desse ambiente se concretiza na busca de levar as crianças em fase de alfabetização a usar a língua escrita, mesmo antes de dominar as primeiras letras, organizando a sala de aula com base nela.
Conforme ilustra Forneiro (1998):

Como um todo indissociável de objetos, odores, formas, cores, sons e pessoas que habitam e se relacionam dentro de uma estrutura física determinada que contém tudo e que, ao mesmo tempo, é contida por todos esses elementos que pulsam dentro dele como se tivessem vida. [...] o ambiente "fala", transmite sensações, evoca recordações, passa-nos segurança ou inquietação, mas nunca nos deixa indiferentes (FORNEIRO, 1998, p.233).

Dessa forma, um ambiente alfabetizador deve ser organizado de modo que oportunize que as crianças vivenciem essas habilidades de leitura e de escrita dentro de propostas significativas de ensino para que a aprendizagem da alfabetização não seja descontextualizada de situações reais de uso da língua escrita, pois isso implica em dar sentido à prática da leitura e a prática da escrita, que devem ser vivenciadas como conhecimentos sociais que existem para além da escola, e não meramente como subsídios para realização de avaliações externas.
Para Weiz (2009), a teoria da Psicogênese implica em desenvolvimento de uma sensibilidade e uma espécie de escuta para as reflexões que as crianças fazem sobre a escrita e que as hipóteses não são frutos de uma ignorância, mas resultado do que pensam. Para isso, o professor precisa se colocar numa posição de observador cuidadoso do que a criança diz e do que ele está ensinando.
O termo Letramento surgiu mediante o aparecimento de novas ideias, a ideia de expansão do conceito de "alfabeto" que era aquele que sabia ler e escrever, mas houve uma grande transformação que mudou totalmente o conceito dessa palavra. No entanto a sua concepção passou a adotar um sentido mais amplo, em que não bastava somente saber ler e escrever, mas sim além de construir estes saberes era preciso ter práticas hábeis com a leitura e a escrita a fim de transmitir esses conhecimentos para o desenvolvimento pleno da criança.
É bastante salutar que para Soares (2003) ser letrado é ser capaz de interpretar os diferentes gêneros textuais e saber manuseá-los de forma a compreender tanto sua leitura, quanto sua escrita, e saber interagir com o mundo letrado. Esse conceito, se bem experimentado, é capaz de proporcionar a criança à inserção da sociedade de forma significativa.
No que se referem o Método Sintético, se divide em três processo o alfabético, fônico e silábico, e o Método Analítico também se divide em três, palavração, sentenciação e global, vamos abordar um pouco de cada um a seguir.
O método sintético é considerado o mais antigo e mais utilizado nas escolas e pelos professores, por ser um método que parece mais simples de ser aplicado. Podendo ser dividido em alfabético ou soletração, silábico, fônico ou mistos. Os métodos sintéticos partem do menor para o maior, ou seja, primeiramente domina-se o alfabeto (letras), logo após as sílabas, palavras, frases e por fim os textos. Considerado um método tradicional, especialmente pelo material utilizado, como é o caso das cartilhas e pela mecanização nas atividades.
Dentre os processos do método sintético, alfabético é o mais antigo, que foi utilizado até início do século XX. Ele baseia-se na memorização dos nomes das letras do alfabeto para depois formar sílabas e palavras. É muito importante destacar que esse método apresentava o som do próprio nome de cada letra do alfabeto, facilitando assim a aprendizagem dos alunos. Mas existem outras letras e seus sons que interferiam na compreensão da letra principal da palavra ensina. A aprendizagem desse método o aluno deve-

ria soletrar várias fazer a mesma palavra em um ato mecânico.

O método fônico ou fonético - integra da associação explícita entre fonemas e grafemas, dos sons mais simples para os mais complexos, iniciando pelas vogais, depois são adicionadas as consoantes e, finalmente, constituem-se as sílabas seguidas das palavras. Esse método fundamenta-se com as demonstrações de palavras, na subsequência uma gravura e logo após o som. Este que estabelece conexões diretas entre a escrita e a fala, possibilitando maior prontidão para codificar e decodificar os textos. No entanto, podem aparecer dificuldades no momento que uma letra caracteriza sons distintos. Todavia, quando a consciência fonológica se desenvolve, o estudante não terá se apropriado das dificuldades no desenvolvimento de sua aquisição de leitura e escrita. (CAPOVILLA, et. al., 2004).

Segundo Morais (2020), a consciência fonológica é a capacidade de refletir e manipular os sons da linguagem falada, sendo fundamental no desenvolvimento da alfabetização e leitura, permitindo que as crianças reconheçam as relações entre sons da fala e letras escritas. Em vista disso, surgiu à necessidade em aprofundar qual a relação entre a consciência fonológica e o processo de alfabetização.

O terceiro dessa categoria é o método silábico sendo este o mais popular no Brasil. Ao falar não pronunciamos apenas letras ou sons separados, mas sim, sílabas em conjunto. Dessa forma ao ensinar o foco é primeiro nas vogais e depois no trabalho com as consoantes, assim progressivamente conforme os alunos vão assimilando os conhecimentos o educador vai avançando e aumentando as combinações das silabas até chegar as frases e assim por diante. Esses métodos sintéticos são considerados uma forma mais "mecanizada" de ensino, pois não se preocupam em ter sentido e interpretações por parte dos alunos.

Já os métodos analíticos (sentenciação, palavração) pressupõem inicialmente as práticas alfabetizadoras com as unidades complexas da língua, em seguida, a análise dos pequenos fragmentos: letras, sílabas e fonemas. Nesse contexto, Ferreiro e Teberosky (1999, p. 23) afirmam que "segundo o método analítico e o reconhecimento global das palavras ou das orações; a análise dos componentes e uma tarefa posterior".

Palavração: primeiro momento, chamado de palavração, método qual se dá pela apresentação visual das palavras sua representação gráfica, pela memorização e divisão silábica das mesmas e pela formação de novas palavras com o estudo dos grafemas/fonemas resultando na formação de frases e posteriormente textos.

O método de sentenciação enfatiza a sentença como unidade que, depois de reconhecida e compreendida globalmente, será decomposta em palavras e, finalmente, em sílabas. Um outro procedimento é a estratégia de comparar palavras e isolar elementos nelas reconhecidos, para ler e escrever palavras novas. Deste modo, o professor utiliza da comparação de palavras e ignora o que podem estar inseridos nelas, tanto na leitura quanto escrita.

O método global tem uma vantagem: sua linguagem é apresentada de uma maneira próxima do uso efetivo do que nos outros métodos, porque não se dissocia a forma do significado. Apesar do tom artificial de alguns textos e mesmo quando se elege a organização por palavra ou sentença, a criança tem acesso a uma significação, podendo "ler" palavras, sentenças ou textos desde a primeira lição, por reconhecimento global. Supõe-se que, assim, mantém-se o interesse desde o início do processo de aprendizagem da leitura e da escrita. Esse tipo de leitura, com foco na memorização global, possibilita que os alunos não se percam na tentativa de decodificação e que leiam com rapidez palavras conhecidas.

Neste caminhar temos a teoria criada por Emília Ferreiro e Ana Teberosky, que se reveste de particular relevância para discussões sobre a alfabetização. A psicogênese surgiu a partir de um período de investigação com base em um trabalho experimental. Sob o ponto de vista da teoria da psicogênese da língua escrita a criança constrói o conhecimento tendo como base a interação com o objeto de conhecimento, ressaltando que a criança já traz consigo ideias e hipóteses sobre o código escrito.

Para Morais (2020) a psicogênese da língua escrita revela importantes considerações, estas são apontadas pelo o autor e se classificam em dois pontos que considera sendo essenciais para o entendimento do alfabetizando em aprender não um código, mas, sim um sistema notacional. O primeiro quando a teoria se refere ao aprendiz o qual para o mesmo as regras do funcionamento do sistema de escrita alfabética não estão prontas em sua mente, assim sendo de início o educando não compreende como as letras de fato funcionam e sua visão é totalmente diferente da dos adultos já alfabetizados.

Neste sentido, a psicogênese da língua escrita tem mostrado que as crianças constroem conhecimentos sobre a escrita desde pequenas. É importante o professor conhecer as hipóteses que os alunos ainda não alfabetizados têm sobre a escrita, bem como orientar por meio de atividades que favoreçam a criança a reflexão sobre o sistema de escrita alfabética. Para Ferreiro e Teberosky (1989) a criança passa por um processo de aquisição de 5 (cinco) níveis de hipóteses silábicas.

Hipótese Pré-silábica- As autoras mencionadas analisam duas etapas dentro do nível pré-silábico: nível 1, o qual a criança representa os traços da escrita através de símbolos, desenhos, garatujas ou letras, além de não perceber o vínculo sonoro e, muitas vezes, relacionar a escrita ao tamanho do objeto; nível 2, o qual a criança começa a perceber que para objetos diferentes se utiliza escritas diferentes, variando o repertório das letras e, na maioria dos casos, utiliza letras durante a escrita, sendo geralmente as letras de seu nome.

Hipótese Silábica: correspondem ao nível três, os alunos começam a relacionar a sua escrita com aquilo que está sendo escutado, e por isso, conforme Coutinho (2005) passa a ter a hipótese de que a quantidade de letras é igual à quantidade de sílabas que são pronunciadas, ou seja, cada sílaba é composta por uma única letra. Sendo que aqueles que estão no estágio chamado de silábico de quantidade, apenas escrevem uma letra para cada sílaba sem valor sonoro e aqueles que se encontram no estágio silábico de qualidade são capazes de relacionar as letras com os sons que eles pronunciam. Os alunos que estão no nível silábico pensam que as palavras são compostas por no mínimo duas letras e no máximo quatro, e assim, acreditam que uma única palavra não pode ser composta por letras repetidas de forma sequencial.

Hipótese silábico-alfabética: a criança começa a entender que de fato a escrita representa o som da fala, pode combinar vogais e consoantes tentando combinar os sons formandos uma palavra, sua escrita ainda não está polida, mas a criança já sente a necessidade de mais uma letra para as silabas e identifica os sons das letras. Pode ser entendida como uma transição entre a Silábica e a Alfabética. Nela há o rompimento de uma fronteira, e a criança já compreende que a escrita representa os sons da fala e onde ela supera a hipótese silábica. A partir deste momento, passa a perceber a necessidade de mais uma letra na formação da sílaba. Podendo dar ênfase à escrita dos sons das vogais ou das consoantes, bem como atribui valor de fonema em algumas letras.

Hipótese Alfabética: Este é o último estágio da evolução da escrita, neste a criança já compreende que para cada valor sonoro existe uma escrita correspondente, tendo assim uma sistematização acima da silábica. Esta característica faz com que a criança seja capaz de realizar uma análise sonora dos fonemas, antes mesmo de escrever uma palavra. Mesmo para aquelas crianças que já atingiram o nível alfabético, o processo de desenvolvimento da escrita continua, de acordo com Ferreiro e Teberosky (1999), as crianças que atingem o nível alfabético passam a vivenciar novas descobertas e o aluno segue superando etapas, marcadas pelas dificuldades ortográficas, ao conhecer palavras novas, mais precisamente, aquelas que contêm sons de r/RR, x/ch, s,ss,ç, g/j, e/i, e assim por diante.

Assim com relação ao que nos traz Ferreiro e Teberosky (1999), no que se refere a ultrapassar os limites da sala de aula, nosso olhar deve estar atento com o currículo, é importante ter uma atitude crítica durante o planejamento das atividades, devemos considerar o contexto histórico e social da criança, para que possa ser aprendido de forma significativa.

Algumas passagens por erros conceituais da criança no seu percurso gradativo entre os níveis da psicogênese ocorrem na busca do conhecimento da escrita. Há um temor por parte dos teóricos da psicogênese da língua escrita que esses erros conceituais sejam corrigidos pelos docentes. Se o professor fizer a correção para tais erros sob a lógica dos métodos tradicionais de alfabetização, o professor evita que a criança pense, anulando a sua força de criação e reflexão. Para Ferreiro e Teberosky (1999, p. 292) são "erros construtivos" e essenciais naquele momento de conceituação, pois há uma lógica de pensamento que ordena o aparecimento do erro momentâneo e será revisado com o desenvolvimento de novo conceito. O erro construtivo é pré-requisito necessário para a obtenção da aprendizagem, é o que vai permitir a compreensão da escrita convencional.

É nessa direção que, a nosso ver, o professor deve se tornar um professor reflexivo, no sentido de que possa ser capaz de enxergar o seu ser-fazer pedagógico, de maneira crítica. Portanto, para que o professor possa enxergar esse seu ser-fazer pedagógico precisa repensar, considerando que se constitui como sendo um grande desafio na carreira profissional do professor, exigindo, assim, um encadeamento entre o educador e o aluno, no que tange à aquisição do saber científico. E um professor dito pesquisador é acima de tudo um agente socializador do conhecimento, assumindo o papel de mediador frente a uma via tripla envolvendo o saber, o aluno e a disciplina de estudo.

Nesse sentido, ler é mais do que apenas decifrar as mensagens literais; trata-se de compreender as mensagens explícitas e implícitas para interpretar as informações. Por outro lado, escrever transcende a mera transcrição do pensamento. Requer uma reflexão mais profunda sobre o conteúdo, a reorganização de ideias e a busca pela melhor maneira de expressar as intenções reais do autor. Isso envolve a consideração dos possíveis destinatários e o controle de variáveis para garantir que o texto escrito se aproxime ao máximo do texto que está sendo lido. O estudo dos gêneros textuais se torna muito eficaz e significativo quando temos a compreensão de que, apesar de os gêneros não serem determinados pela forma, ou seja, aspectos formais, e sim por seu caráter sócio-comunicativo, não podemos desprezar a forma, pois precisamos dela para por os gêneros em prática. Koch (2009) aponta que, na escolha de um gênero, é preciso levar em consideração a situação, a ação e também a relação meio-fim, sendo essa então a questão básica da atividade que será mediada.

Segundo Lovato (2010, p. 4), "os gêneros textuais podem ser considerados a materialização das várias práticas sociais que permeiam a sociedade, articulados de tal forma que são imprescindíveis à vida em sociedade". Com isso, o trabalho com gêneros textuais é de grande relevância para o educando, visto que eles aprendem a assumir uma posição mais crítica em meio às situações cotidianas, tornando, assim, os estudos mais significativos para a vida em sociedade. Diante disso, o ensino de Língua Portuguesa não é inclusive o uso discursivo da gramática, pois precisa partir do texto para que os educandos reflitam sobre as práticas sociais presentes na sociedade.

Nas aulas de Língua Portuguesa, os alunos serão expostos a diferentes gêneros discursivos, a fim de explorar suas características e desenvolver aptidões de leitura e produção. Para isso, é importante a preservação do texto com função social da leitura e da escrita fora da escola, como pontuado por Soares (1999, p. 86), "muitas vezes, os sujeitos são capazes de comportamentos escolares letrados, mas são incapazes de lidar com os usos cotidianos da escrita em contextos não escolares". Ou seja, muitas vezes o ensino gira em torno do aprendizado exclusivo para os exames escolares, sem preparar o aluno para reconhecer os gêneros textuais no dia a dia.

Diante disto, não se pode desconsiderar o gênero como instrumento de ensino. Schneuwly e Dolz (2004, p.24) reiteram isto ao ressaltar a importância da apropriação deste instrumento de ensino para transformar comportamento ao declarar que "O instrumento para se tornar mediador, para se tornar transformador da atividade, precisa ser apropriado pelo sujeito; ele não é eficaz senão à medida que se constroem, por par-

te do sujeito, os esquemas de sua utilização. "Isto significa que o aluno precisa praticar a linguagem para inferir sua funcionalidade.

Assim, o texto possui uma função de comunicar e interagir socialmente, por isso é por meio deles que dialogamos com nossos amigos, com nossos professores, com todas as pessoas com quem convivemos e até aquelas que não temos tanta aproximação, mas sempre, em todos os momentos na nossa vida, escrevemos um texto. Primeiramente pensamos no que queremos transmitir, qual a finalidade específica do que vai ser escrito, e a partir daí produzimos um texto dentro de um gênero adequado ao que queremos. Por isso, na produção textual e em toda atividade de linguagem ocorre, conforme Antunes (2017, p. 111), "(...) uma espécie de 'contrato recíproco' entre os participantes, no sentido de um colaborar um com o outro (...)". Isso acontece porque, quem escreve um texto busca facilitar a compreensão do leitor, e o leitor procura entender o que foi escrito, ocorrendo, assim, uma compreensão mútua. Ninguém escreve algo pretendendo dificultar, de forma intencional, o entendimento do outro, mas busca deixar o texto como um todo interpretável, a fim de que o leitor entenda o que está escrito.

Atualmente, os estudos de gêneros textuais se situam em uma área interdisciplinar, com seu foco nos estudos da linguagem, nas atividades sociais e culturais. Assim, eles podem ser definidos como formas de interações sociais. Toda manifestação verbal ocorre por meio de algum gênero, portanto, se comunicar verbalmente sem a utilização de um gênero é impossível. Ao definir algum gênero textual, "não denominamos uma forma linguística e sim uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares." (MARCUSCHI, 2008, p. 154).

Nesse sentido, somente a introdução de gêneros diversificados não é garantia para que as crianças desenvolvam as capacidades de fazer uso da leitura e escrita de forma adequada, competente e autônoma. É preciso levar a criança a refletir, compreender, distinguir a função comunicativa, a organização e os elementos específicos constitutivos de diferentes gêneros que se utilizam para determinadas funções na sociedade.

Segundo FONSECA (1995), ao concluir que os professores assim como as escolas deve trabalhar com competência e dedicação (revendo seus métodos de ensino e adaptando-os quando necessário), para atraírem os alunos para a escola, onde terão a oportunidade de aprender a ler e a escrever. E também a melhorar as estatísticas quanto às dificuldades de aprendizagem, embora não podemos negar que independentemente do tipo de escola ou sala de aula há alunos que realmente devem ser diagnosticados e tratados devidamente por um profissional competente e ter o apoio do professor e da família.

Para os educadores, cabe o papel de incentivador na formação de cidadãos capazes de obter seu próprio grau de letramento. Isso porque o letramento é, segundo os autores, uma capacidade individualizada adquirida de diferentes formas e meios pelos atores envolvidos. Não existe uma fórmula para que se possa ensinar um indivíduo raciocinar, existe sim, a maneira de ensinar que é necessário raciocinar. É neste ponto que as instituições voltadas para o processo ensino-aprendizagem têm falhado no Brasil.

CONCLUSÃO

Atualmente não se refere mais somente a alfabetização como processo formador de sujeitos alfabetizados, mas também letrados, o que nos leva a entender que o processo pode ser considerado um alfaletramento, pois mesmo que as crianças já tenham contato com esses dois conceitos fora da escola, é o processo de escolarização que reforçará essa aprendizagem, então o conceito que predomina é o de alfabetizar letrando, ou alfaletrar de acordo com Magda Soares.

O estudo dessa temática nos possibilitou rever a importância do alfabetizar letrando, pois o letramento ajuda a desenvolver o entendimento do indivíduo, aprender a ler entendendo o que se ler, é construir o seu próprio conhecimento, sendo assim o letramento é um componente fundamental para quem trabalha com essa temática ou pretende trabalhar, sem ele não tem sentido a alfabetização por isso, podemos afirmar que o indivíduo letrado é aquele que deixa de ser

passivo para ser ativo, devolvendo a capacidade de expressão, de compreensão e de enxergar os problemas com mais facilidade, tornando-se passo a passo um ser crítico e conhecedor de seus deveres.

Podemos dizer que um único método não é o suficiente para alfabetização, não se podem rotular métodos antigos e considerá-los ineficazes, apenas por serem antigos. Cada criança é diferente e pode ser que uma criança aprenda melhor com um método do que outro. Também, pode-se aplicar diferentes métodos de alfabetização, em vez de um só, para atingir o objetivo da alfabetização, o que muitas vezes é necessário para que a criança avance.

Alfabetizar não é fácil como pensam muitos profissionais. É um processo complexo, cheio de detalhes que exige dos profissionais que desejam, ou que já atuam na área, a habilidade de enxergar os seus alunos e suas capacidades, além de verdadeira devoção nessa incumbência que lhe é confiada, tendo plena consciência da importância do papel que desempenha na vida de cada criança.

Deve-se desenvolver o processo de alfabetização em simultâneo com o processo de letramento com a finalidade de se obter êxito ao preparar pessoas para o mundo estruturado na escrita, onde, além de fazer uso da notação alfabética a pessoa também esteja hábil para interpretar o que lê levando em conta o ambiente para o qual se produziu aquele texto, e saiba também, interagir com este meio formal.

Nesse contexto, letrar é mais que alfabetizar, visto que a alfabetização acontece num ambiente de letramento com o início da aprendizagem da escrita, com a evolução de habilidades de utilização da leitura e da escrita nas práticas sociais. Alfabetizar letrando é ensinar a ler e escrever o mundo, ou seja, no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, tendo em vista que a linguagem é um fenômeno social.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. Textualidade: noções básicas e implicações pedagógicas. 1.Ed. São Paulo: Parábola, 2017.

CAPOVILLA, Alessandra Gotuzo Seabra; CAPOVILLA, Fernando; SILVEIRA, Fernanda; SEABRA, Ilza; TROMBELLA, Alessandra; CORREIA, Célia. Alfabetização: método fônico. São Paulo: Memnon, 2004. http://files.dinaprofessora.webnode.com.br/200000005Disponível em: 2363c245db/m%C3%A9todo%20fonico%20Capovilla.PDF. Acesso em: 03 abr. 2024.

COUTINHO, Marilia de Lucena. Psicogênese da língua escrita: O que é? Como intervir em cada uma das hipóteses? Uma conversa entre professores. In: Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética / organizado por Artur Gomes Morais, / Eliana Borges Correia de Albuquerque, Telma Ferraz Leal. - Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FONSECA, M. C. F. R. Discurso, memória e inclusão: alunos adultos do Ensino Fundamental. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 1995.

FORNEIRO, Lina Iglesias. A organização dos espaços na educação infantil. In: ZABALDA, Miguel A. Qualidade em Educação Infantil. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1998.

KOCH, Ingedore. Ler e escrever: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2018.

LEÃO, Deusmaura Vieira. Aquisição da Língua Escrita: efeitos de significantes. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011.

LOVATO, Cristina dos Santos. Gêneros textuais e ensino: uma leitura dos PCNs de Língua Portuguesa do Ensino fundamental. TRAVESSIAS, v. 4, p. 1-18, 2010. Disponível em: < https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/download/3172/2500/11710. Acesso em: 13 nov. 2024.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MORAIS, A. G. D. Sistema de Escrita Alfabética. 7ª. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2020.

OLIVEIRA, João B. A. e. Alfabetização e construtivismo: um casamento que não deu certo. Revista Ensaio, v. 10, nº 35, 2002.

RUSSO, M.F. Alfabetização: um processo em construção. 6 Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
SOARES, M.B. Letramento: um tema em três gêneros. São Paulo: Autêntica, 1999.

WEISZ, Telma. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem/ Telma Weisz; com Ana Sanchez. 2.ed.16.impr. – São Paulo: Àtica, 2009.